



---

**Miatização e apedrejamento *post mortem*: alicerces para o assassinato de reputações de jovens vitimados pela letalidade policial<sup>1</sup>**

**Mediatization and Post-Mortem Stoning: Foundations for the Murder of Reputations of Young Victims of Police Lethality**

Alexandro Chagas Florentino

**Palavras-chave:** Miatização; Dominação Simbólica; Violência.

**1 - Introdução**

A miatização da morte na sociedade contemporânea assume contornos particulares quando analisamos casos de jovens negros e pobres vítimas da violência policial. Ribeiro (2015) nos mostra como as redes sociotécnicas permitem a permanência de memórias após a morte física, criando um “cortejo eterno” (Ribeiro, 2015, p. 46) que reconfigura nossa relação com o fim da vida. No entanto, quando examinamos o caso de Thiago Menezes Flausino, 13 anos, morador da Cidade de Deus no Rio de Janeiro, morto pela Polícia Militar em 2023, percebemos que essa experiência miatizada é profundamente marcada por questões de raça e classe.

Hjarvard conceitua a miatização como “o processo pelo qual a sociedade se torna cada vez mais dependente da mídia e de sua lógica” (2012, p. 64), destacando seu caráter transformador das relações sociais. Contudo, na perspectiva crítica de Sodré (2014), esse processo está intrinsecamente ligado a relações de poder e dominação simbólica, especialmente em contextos periféricos como o brasileiro. Essa abordagem nos permite compreender como a mídia atua não como instância neutra, mas como

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao VII Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.



---

mecanismo de reprodução de desigualdades e marginalização de determinados grupos sociais.

Portanto, a partir de Agnes Heller (2016) e sua análise da *alienação da vida cotidiana*, investigamos como notícias sobre jovens mortos em operações policiais repercutem em redes sociais digitais. Textos, fotografias e vídeos adulterados associam as vítimas ao crime, depreciando o “corpo morto” para legitimar suas mortes. Esse processo funciona como um apedrejamento *post mortem*: além do extermínio físico, os boatos e notícias falsas assassinam suas reputações.

## **2 - Duplo assassinato: alicerces para o apedrejamento *post mortem***

O caso de Thiago Menezes Flausino ilustra de maneira paradigmática esse processo. Executado pela Polícia Militar em 7 de agosto de 2023, o adolescente de 13 anos foi imediatamente caracterizado nas redes<sup>2</sup> oficiais da corporação como “um criminoso ferido ao entrar em confronto com policiais do Choque na Cidade de Deus”. Essa narrativa, construída sem qualquer evidência, inaugurou o processo de criminalização *post mortem* da vítima.

A família de Thiago enfrentou enormes dificuldades para contrapor essa versão oficial. Como relata sua mãe, Priscilla Menezes<sup>3</sup>, foi necessário coletar independentemente testemunhos e vídeos de 13 câmeras de segurança da comunidade, que comprovaram a execução sumária do adolescente. Enquanto isso, nas redes

---

<sup>2</sup>A postagem foi removida em 08 de agosto de 2023 (depois de 12 horas e 315 mil visualizações), após ação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública-RJ (NUDEDH), que solicitou judicialmente sua exclusão das redes da PM por “violação aos Direitos da Personalidade do adolescente Thiago, bem como de sua mãe”, mas o conteúdo ficou registrado em notícias como a do Jornal O Tempo: <https://www.otempo.com.br/brasil/pm-apaga-publicacao-que-criminalizava-adolescente-morto-em-operacao-no-rio-1.3140011>

<sup>3</sup>Entrevista preliminar realizada por videochamada via aplicativo WhatsApp. Outras entrevistas estão previstas para acontecer.



---

sociotécnicas, perfis, muitas vezes, alinhados à extrema-direita disseminavam imagens adulteradas e informações falsas sobre o menino, associando-o ao tráfico de drogas.

O contexto é de violência alarmante, e esse fenômeno não é isolado. Conforme demonstra o relatório “Chacinas Policiais no Rio de Janeiro” (GENI/UFF, 2023), 252 das 341 chacinas registradas entre 2017 e 2022 ocorreram em operações policiais, resultando em 1.024 mortes. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam que 83,1% dessas vítimas eram negras, evidenciando o caráter racializado dessa violência estatal.

Constatação gritante! Existe um perfil muito bem estabelecido de quem são as maiores vítimas desta violência. Contudo, cabe perguntar, por que não há tanta repercussão e/ou comoção social em torno destas mortes?

Damasceno nos ajuda a compreender as bases históricas desse fenômeno ao analisar, por exemplo, como a abolição da escravidão em 1888 lançou a população negra “à própria sorte” (2022, p. 82), criando um “exército industrial de reserva sem precedentes na história mundial”. A criminalização da pobreza e da negritude foi institucionalizada através de mecanismos como o Código Penal de 1890, que perseguia especialmente “vadios e capoeiras” - categorias que serviam como pretexto para a repressão da população negra liberta (Damasceno, 2022, p. 89).

Como afirma Heller (2016, p. 34), “a vida cotidiana [...] é a verdadeira essência da substância social”, marcada por normas assimiladas espontaneamente. A história é uma construção ativa, não um espelho do passado, podendo tanto perpetuar quanto desafiar ideologias. No Brasil, observa-se que normas e valores foram internalizados e fizeram o Estado reproduzir a hierarquização de vidas, em continuidade ao escravismo e o pós-abolição. E, uma vez que “a vida cotidiana não está fora da história, mas dentro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (Heller, 2016, p.34), assim, a vida cotidiana é marcada por normas assimiladas espontaneamente, muitas vezes reforçando desigualdades. Ela depende de espontaneidade, pragmatismo e outros elementos dinâmicos, mas suas estruturas não podem se tornar rígidas, como expõe



---

Heller. Se cristalizadas em absolutos (sem deixar espaço para movimento e expressão individual), resultam na alienação da vida cotidiana (Heller, 2016, p. 27).

Como sustenta a autora, a alienação separa o indivíduo de sua essência humana. No contexto brasileiro, a desumanização do negro (desde a escravidão até o racismo científico e a abolição sem reparações), criou uma *superpopulação relativa* controlada pela violência policial, naturalizando a ideia de corpos negros descartáveis.

## 2.1 – Mídia e consumo do apedrejamento *post mortem*

Sodré desenvolve o conceito de “bios midiático” para descrever como a realidade é cada vez mais mediada por dispositivos técnicos e códigos simbólicos que operam uma “inflexão exacerbada do imaginário” (2014, p. 144). Nesse contexto, os estereótipos funcionam como poderosos artefatos ideológicos. Como destaca Biroli, eles “correspondem à definição do outro e do contexto em que as relações se travam em termos de expectativas sociais padronizadas” (2011, p. 07).

Isto fica latente quando, após a execução de Thiago Menezes Flausino, a Polícia Militar logo divulga, em seu perfil oficial no X, um comunicado vinculando-o à criminalidade sem evidências. Na mesma linha, perfis como @FabriciaAmancio (KLEIN<sup>4</sup>) reproduziram calúnias e adulterações de conteúdo, alegando que não se tratava de um crime policial, pois a vítima “tava(sic) iniciando” (no tráfico), justificando a execução.

Priscilla Menezes, mãe de Thiago Flausino, relata que páginas policiais e comentários nas redes sociotécnicas difamaram seu filho para justificar (ou mesmo comemorar) sua execução. Nove meses após o crime, véspera do Natal, essas páginas

---

<sup>4</sup>Perfil excluído da rede, conteúdo acessado via o jornal eletrônico Voz das Comunidades:  
<https://vozascomunidades.com.br/fato/e-mentira-que-thiago-menezes-tinha-relacao-com-o-trafico/>



---

publicaram vídeos<sup>5</sup> manipulados com fotos de Thiago, tentando “comprovar” supostos vínculos criminosos. Nas postagens, usuários defendiam que “os policiais não mereciam passar o natal e as festas de fim de ano presos, longe de seus familiares”.

As fotografias, obtidas pelos PMs ao verificarem o celular do jovem (com autorização dos pais), foram incluídas nos autos a pedido da defesa dos policiais acusados. Fotografias feitas em contexto de brincadeiras com amigos e colegas.

Essa “máquina” midiática opera sob uma lógica própria do fazer jornalístico, que tem os contextos de crimes, violência e morte priorizados como valor-notícia: “um valor-notícia fundamental para essa comunidade interpretativa e razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas de jornais e écrans da televisão” (Traquina, 2008, p. 79). Adjacente a isso, refletindo uma lógica histórica (e cotidiana) de violência, exclusões e profundas desigualdades sociais, personagens retratados nestes casos são, majoritariamente, negros e pobres, e rotulados como “traficantes” ou “assaltantes”. Quando brancos ou de classe alta, tornam-se “estudantes” ou “empresários”, e nem têm seus rostos expostos.

Esses conteúdos os retratam, frequentemente, como ameaças à “sociedade civilizada”, reforçando uma ordem social baseada na indiferença à origem da pobreza e às injustiças estruturais, assim, alimentando o ideário que “reivindica mais segurança privada, mais repressão e demanda pela contenção das populações das favelas” (Bentes, 2003, p. 217).

Portanto, essa dinâmica não só reproduz, mas consolida estereótipos, naturalizando-os no senso comum e dificultando sua contestação. Como Biroli (2011) argumenta, embora a mídia possa ser um espaço de disputa, a assimetria de poder garante que os estereótipos hegemônicos prevaleçam.

---

<sup>5</sup>Os vídeos foram removidos das redes por ordem judicial após ação dos pais da vítima, conforme relato de Priscilla Menezes à pesquisa. Os perfis também foram retirados por decisão do STF.



---

Concomitante, a midiatização cria um ecossistema que naturaliza essas representações. Nesse *bios midiático*, a agenda e os enquadramentos midiáticos operam códigos que reforçam o *status quo*, afinal, a validade de um discurso depende menos de sua veracidade ética do que de sua articulação com os aparatos midiático-institucionais que moldam o imaginário social.

### 3 - Considerações finais

O apedrejamento *post mortem* de jovens como Thiago Flausino expõe a perpetuação histórica da violência racista no Brasil. Como analisa Sodré (2014), a midiatização – longe de ser neutra – reforça relações de poder e dominação simbólica, naturalizando desigualdades sociais e a desumanização de corpos negros e pobres.

Para Sodré (2014, p.109), a midiatização constitui uma “nova instância de orientação da realidade” que, ao permear as relações sociais via mídia, transforma a vida em simulacro, espetacularizando existências e reduzindo vidas marginalizadas a estereótipos descartáveis.

A morte de Thiago é “justificada” pela adulteração de imagens e notícias falsas que o vinculavam ao tráfico, estratégia intencional que reflete o *bios midiático* “enquanto ecossistema dessa nova forma de consciência coletiva” (Sodré, 2014, p.117), capaz de legitimar a violência de Estado e a hierarquização de vidas, em sintonia com o que Agnes Heller (2016) apresenta como *alienação da vida cotidiana*.

Sodré (2014, p. 55), ainda, destaca que “capitalismo financeiro e comunicação constituem hoje, no mundo globalizado, um par indissolúvel. O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático”, revelando a servidão da midiatização aos interesses econômicos e políticos que perpetuam a exclusão. A espetacularização de tais mortes rende lucros às plataformas e naturaliza esses corpos como descartáveis, atualizando a lógica da *superpopulação relativa* negra (Damasceno, 2022).



---

Portanto, o apedrejamento *post mortem* não é um fenômeno isolado, mas uma manifestação contemporânea de um projeto histórico de controle e extermínio. Ele se alimenta do racismo que se perpetuou ao longo da construção histórica de nossa sociedade, da desigualdade social e da lógica midiática que transforma corpos em mercadorias simbólicas. Enquanto a mídia operar como instrumento de dominação, estereotipando vítimas e apagando sua humanidade, a violência policial e o linchamento midiático permanecerão naturalizados. Romper esse ciclo exige mais que denúncias: é urgente construir narrativas que restitua a dignidade desses sujeitos e desafiem as estruturas de poder que os criminalizam.

Combater o apedrejamento *post mortem* exige revisar a memória colonial e transformar uma sociedade marcada pelo passado escravocrata. Como lembra Heller (2016), a vida cotidiana é onde a história se constrói, é nela que devemos semear um futuro onde nenhum Thiago *precise* ser assassinado duas vezes.

## Referências

BENTES, Ivana. Estéticas da Violência no Cinema. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

BIROLI, Flávia. É assim, que assim seja: mídia, estereótipos e exercício de poder. IV Encontro da Compólitica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DAMASCENO, Wagner Miquéias. Racismo, Escravidão e Capitalismo no Brasil: uma abordagem marxista. Bauru (SP): Mireveja, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023

GENI - Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos – Universidade Federal Fluminense. Relatório de Pesquisa: Chacinas Policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade, Niterói: UFF, 2023.

HJARVARD, Stig. Mídia e Processos Sociais: teorizando a mídia como agente de mudança social e



**Anais de Resumos Expandidos  
VII Seminário Internacional de Pesquisas  
em Mídia e Processos Sociais**

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 7 (2025)

---

cultural. São Paulo: Matrizes, ano 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

RIBEIRO, Renata Rezende. A morte midiaticizada: como as redes sociais atualizam a experiência do fim da vida. Niterói: EDUFF, 2015.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001.